

REFLETINDO SOBRE O CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DE FORMADORES

Alfredo Lacerda de Almeida*

Resumo: O presente artigo trata da formação de formadores por meio do fio condutor curricular. Apresenta o desencontro entre teoria e prática na formação dos profissionais que educam e ensinam, além de apresentar também a realidade e o resultado da trajetória que se vem desenvolvendo há anos. Centra a Pedagogia ultrapassada dos currículos que tendem a valorizar as relações hierárquicas por parte do professor e a passividade do aluno. Discute o desafio e a qualidade da formação de formadores numa perspectiva da refundação curricular. Por fim, atenta para a emanção do saber a partir do mundo acadêmico onde já se iniciou a legitimação do saber prático por intermédio da experimentação coerente entre teoria e prática.

Palavras-chave: formação; formadores; currículo; teoria; prática.

Este artigo atém-se a um determinado fio condutor e articulador. Trata-se da identidade docente nos tempos atuais e futuros. Por um lado, há o discurso oficial, solicitando aos docentes que assumam o papel de agentes transformadores da educação. Por outro, há o problema da formação desse docente e o desencontro do que se estuda nas instituições de ensino superior e a realidade encontrada no campo de trabalho. Compreende-se aqui o conceito de educação como a condução de um estado para outro, como o agir de maneira sistemática sobre o ser humano. Considera-se formador aquele profissional que, além de ensinar, conduz e acompanha. É necessário, então, que o profissional consiga fazer sem embaraços a articulação entre a vida cotidiana do *aprendente* e os temas a serem abordados no tão privilegiado espaço da sala de aula,

A difícil realidade apresentada é o resultado da trajetória das concepções e da política de formação que se vem desenvolvendo há anos, na qual o quadro de fracasso escolar é arraigado e permanente, podendo-se considerar que a educação oferecida hoje aos *aprendentes* é fruto da educação que esses professores receberam. Considera-se também que o tempo produz mudanças e que os aprendizes de hoje já não são iguais aos aprendizes do tempo em que os professores se

* Mestre em Educação, Doutorando em Ciências da Educação pela UAA, professor da Faculdade da Terra de Brasília e do UniCEUB. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Administração Escolar, alfredo@ftb.edu.br.

formaram. Isto possibilita duas reflexões: a primeira é que as dificuldades encontradas pelos professores ao enfrentarem as classes escolares são uma característica da contemporaneidade. Os *aprendentes* possuem características próprias, dificuldades particulares que compõem seu próprio texto de vida; vale ressaltar, pois, que o profissional da educação lida diariamente com pequenos textos que fabricam um texto maior que compõe a sala de aula com suas peculiaridades, divergências e gratidões. A segunda reflexão parte do pressuposto de que o professor necessita de uma formação que venha ao encontro dos anseios e que atenda à realidade. É importante que esse professor aprenda a ser reflexivo, saiba distinguir a prática da técnica, saiba reivindicar, pense sobre sua prática, sobre sua ação, e que faça de suas palavras seus atos, abrem-se aspas, a ética. Necessita-se com urgência da transposição das teorias para a prática e, para que isso aconteça, são necessárias mudanças no currículo dos cursos de formação, precisa-se pensar na possibilidade de apresentar disciplinas que contemplem esse eixo norteador.

A pedagogia centrada nos currículos ultrapassados tende a valorizar relações hierárquicas que, em função da transmissão do conhecimento, acabam por produzir de um lado professores tradicionais e de outro *aprendentes* obedientes e podados de sua capacidade de aprendizagem e inteligência. Os currículos escondem o autoritarismo do professor e a passividade do aluno, simultaneamente. O currículo em sua própria teoria ainda é dominado pelas correntes mais conservadoras, e por mais que se atualizem os currículos, mantêm-se as características de uma formação didática e pedagógica centrada na transmissão de conteúdos, ou seja, no momento privilegiado de trocas e aprendizagens não são abordados o domínio sociocultural ou sequer o institucional, talvez porque a distância dos próprios formadores relativa a esses domínios concretos os impeça de imaginar essas realidades. A formação, se bem realizada, desenvolve capacidades, independência e desbloqueios de várias ordens. Mais importante ainda é o fato de sabermos que os conteúdos do currículo não têm importância e nem formam formadores se não pensados no modo, nos modelos, nas relações culturais, sociais e pessoais da clientela em destaque. Atenta-se ainda para a maneira de se aplicar esses conteúdos, que prefiro aqui chamar de temas. Quando tratamos de conteúdos pensamos logo em continente: se existe o conteúdo, existe o recipiente a ser depositado, e isso não combina com formação, nem com educação, e menos ainda com currículo, daí a justificativa de preferir tratar de temas. Isto é uma questão de composição curricular.

Neste momento a discussão sobre os profissionais formadores emerge como elemento significativo no discurso hegemônico sobre a qualidade da formação, discussão constituída na perspectiva curricular. Nessa perspectiva não se pode confundir formação com treinamento, o que reduziria a interação social e a dinâmica cultural à dimensão apenas técnica, hierarquizando teoria e prática, esquecendo que o formador estará preparando-se para formar e formar *gente*. O movimento de formação curricular deve iniciar-se desde a elaboração do próprio currículo até sua aplicação em

direção à vida prática. Trata-se, então, do currículo como um lugar de trânsito entre a realidade e o profissional que se pretende formar, preparando assim o profissional para responder de modo adequado aos pressupostos e necessidades do sistema educacional.

A formação de formadores é, sem dúvida, um grande desafio, tanto por parte de teóricos como por parte do governo e das instituições envolvidas no processo de formação. Em meados da década passada, a Lei 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, mais precisamente em seu Título VI, trata dos profissionais da educação, no caso, o professor (Art. 62), salienta que a formação de profissionais para atuar na educação básica far-se á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Entende-se que o ideal é que os docentes tenham formação avançada para atuar nas instituições de ensino, oferecendo ao *aprendente* oportunidades para alcançar o conhecimento e elaborar estratégias imprescindíveis para entender e acompanhar as modificações do mundo.

O questionamento que permeia as mesas de discussões sobre o assunto deverá, portanto, partir do princípio de que os currículos das instituições devem contemplar uma formação que ofereça suporte e dê ênfase ao professor como agente social, realizador de pesquisas relevantes para a prática docente, conhecedor de sua realidade, planejador, reflexivo e estudioso, educador por inteiro, capaz de conduzir o processo ensino-aprendizagem em suas múltiplas facetas. Trata-se de um professor atuante no processo de avaliação e auto-avaliação. Supõe-se, assim, a profissão de formador como um compromisso profundo, grandioso e ousado que só consegue entender os que de fato sentem, abraçam e vivem intensamente a educação.

Nota-se também que as propostas curriculares devam atender, por meio de seus cursos variados de formação docente, às expectativas e esperanças desses seres grandiosos que, de uma forma ou de outra, nos encontram na sala de aula. A escola vive uma crise de afirmação social, cultural e educativa que tanto pode ser explicada por sua própria expansão e alargamento, como também pelo conjunto de atribuições que competem a essa escola e aos docentes que ali educam e ensinam. Ergue-se nesse momento a voz daqueles que defendem a necessidade de uma refundação curricular, de forma a poder tornar a escola um espaço mais inclusivo, qualificado pedagogicamente e numa instituição socialmente credível. Reconhecer que essa transformação do currículo e, conseqüentemente, do professor e da escola depende também de tantos outros fatores não significa que se deva cruzar o braços para essa mudança tão pertinente quanto necessária.

O profissional ou futuro profissional formador pode e deve explorar os rumos do saber, reinventar a educação e participar do processo de mudança que se inicia nos bancos das instituições de ensino superior. Esse processo se concretiza com a realização da ação e o uso de suas ferramentas na prática, alcançando seus resultados sempre por meio de uma avaliação que, sem dúvida, sugere alterações e um replanejar constante que garante o futuro, a continuidade e o sucesso

da profissão Ainda quanto ao currículo como espaço do profissional formador, entende-se que este deverá estar em permanente troca com seus *aprendentes*, num verdadeiro círculo ou *palco* onde prevalecerá a aquisição e degustação do conhecimento, numa descoberta prazerosa e coletiva. Assim, não há espaço para perceber a formação de formadores senão como formação de vidas que se multiplicam e transformam o mundo.

O que concluir quando a política curricular de formação de profissionais formadores, por muito tempo, reduziu a questão da formação inicial dos professores a uma dimensão eminentemente técnica? Há, todavia, uma questão que subsiste e que nos permite continuar no processo de acreditação da escola, especialmente daquelas que confinam a educação básica: A emanação do saber a partir do mundo acadêmico. As instituições de ensino superior por meio de questionamentos quanto à infalibilidade de suas propostas curriculares para a formação de formadores já iniciaram um papel de legitimação de saberes práticos, não persistindo a influência de modelos tradicionais de formação, oferecendo aos futuros formadores a experimentação de práticas profissionais coerentes com as propostas educativas. As instituições de formação abrem-se, então, para a era da inovação curricular, oferecendo por fim espaço para a excelência da racionalização de saberes sobre os quais a profissão de formadores assenta a competência e autonomia intelectual. Isso também é uma questão de currículo Acreditemos.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Lacerda. *Fracasso escolar nas séries iniciais*. Dissertação (mestrado) — Universidade Internacional. Lisboa, 2003.
- ANDRÉ, Marli (Org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas: Papirus, 2001.
- CANDAU, Vera Maria. *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB Fácil*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRANÇA, Robson Luiz (Org.). *Educação, saberes, teorias e práticas: encontros e desencontros*. São Paulo: Factash Editora, 2003.
- MARQUES, Mário Osório (2000). *Formação do profissional da educação*. Rio Grande do Sul: Unijuí.
- MORAIS, Regis de (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* São Paulo: Papirus, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VEIGA, Ilma Passos (Org.). *Formação de professores: política e debates*. Campinas: Papirus, 2002.
- SANTO, Ruy César do Espírito. *Desafios na formação do educador* Campinas: Papirus, 2002.